

EDITORIAL

Políticas de formação de
professores(as) e valorização
docente em contextos neoliberais

Editora

Luciana Haddad Ferreira

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

2 jun. 2026

Aprovado

8 jun. 2026

O verso e o reverso das políticas públicas educacionais no contexto da formação de professores(as)

The flip sides of public educational policies in the context of teacher training

Joelson de Sousa **Morais**¹ , Márcia de Souza **Hobold**² , Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da **Silva**³ 

¹ Universidade Federal do Maranhão, Curso de Pedagogia, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Luís, MA, Brasil. E-mail: <joelson.morais@ufma.br>.

² Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, SC, Brasil.

³ Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília, DF, Brasil.

Como citar este artigo: Moraes, J. S.; Hobold, M. S.; Silva, K. A. C. P. C. O verso e o reverso das políticas públicas educacionais no contexto da formação de professores(as). *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 31, e19558, 2026. Doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v31a2026e19558>.

Em um contexto de profundas e intensas transformações pelas quais vêm passando as sociedades nos últimos anos, em ritmos cada vez mais frenéticos, percebe-se que os atravessamentos gestados no âmbito das políticas econômicas no capitalismo global e tecidas à luz do neoliberalismo e das reformas educativas em diferentes realidades impactam e se refletem sob diferentes prismas diretamente na formação de professores(as) e, em especial, nas políticas educacionais. Neste cenário, o presente dossiê torna-se relevante devido ao fato de buscar evidenciar muito do que acontece em âmbito político e que repercute diretamente no campo educacional, com diferentes intensidades nas políticas de formação de professores(as) e, principalmente, porque coexistem diferentes concepções em disputa que orientam a formação inicial e continuada, a docência e o desenvolvimento profissional de professores(as).

As políticas educacionais e o discurso circulado no contexto educacional, desenvolvidas e algumas até impostas nas últimas duas décadas no cenário brasileiro, têm demonstrado a fragilidade de projetos de formação de professores(as), sob dimensões tecnicistas e gerencialistas que, muitas vezes, sucumbem as conquistas democráticas que, há décadas, por meio de conflitos e embates, foram construídas por diferentes educadores(as), entidades e associações, para além das instâncias políticas e governamentais. Dentre as quais, destacamos o posicionamento de crítica e resistência das entidades científicas: Associação Nacional dos Pesquisadores de Educação (Anped), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), e Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), entre outras.

Diante desse contexto, cabe compreender as concepções de formação de professores(as) subjacentes aos atravessamentos gestados e refletidos nas e pelas políticas públicas educacionais, afinal de contas, como nos provoca a pensar Curado Silva e Cruz (2021), a cada formação social concreta, desenvolvem-se projetos diferenciados para a instituição escolar, aos quais correspondem concepções diferenciadas de professor, ora para atender as demandas do sistema social e produtivo dominante, ora como elemento constituinte da proposta contra-hegemônica de sociedade que objetiva a reversão das relações sociais capitalistas e, mais especificamente, dos projetos pedagógicos existentes.

Algumas dessas políticas educacionais, como já alertara Hobold (2023), estão na contramão de uma formação plena e democrática de professores(as), como as retratadas pela aprovação de forma impositiva da Resolução 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), bem como da Resolução de Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) e, no atual momento da Resolução CNE/CP 04/2004 que, sem uma discussão com o campo de pesquisa, já foi anunciada como aprovada. Como se pode perceber, enquanto documento normativo, “carrega forte evidência de uma “formação alinhada” para atender aos ditames da ideologia capitalista que predomina de forma desumana em nossa sociedade” (Hobold, 2023, p. 2023).

São, portanto, políticas neoliberais gestadas em diferentes governos no Brasil que acabam por rechaçar uma formação qualitativa, potente e significativa do professorado em suas diferentes instâncias, pois acabam,

tanto por desestabilizar as políticas de bem-estar e de pensar o bem-estar quanto criar novos espaços para a atividade de mercado e fomentar o acordo em torno de ideias de escolha e de liberdade de mercado, e, mais recentemente, e em menor grau, para estabilizar ou consolidar ainda mais o neoliberalismo, por meio da introdução de novas instituições, políticas e governamentalidades (Ball, 2014, p. 59).

Cabe, então, pensar as políticas públicas educacionais de formação de professores(as) e do trabalho docente não somente em viés vertical e clássico como vem sendo concebidas em muitas realidades, de cima para baixo, mas também as que são produzidas de forma horizontal e de baixo para cima pelos(as) atores e atrizes que criam essas políticas e fazem-nas acontecer, dando outras significações às políticas educacionais, ou como concebem Ball, Maguire e Braun (2016, p. 13), “a política é feita pelos e para os professores; eles são atores e sujeitos, sujeitos e objetos da política. A política é escrita nos corpos e produz posições específicas dos sujeitos”. Como alerta Goodson (2019, p. 30), “a política educacional e a econômica movem-se então em íntima relação”, uma vez que o que acontece em uma perspectiva macro, acaba afetando diretamente o(a) professor(a), a sua formação, a subjetividade e o trabalho docente. Assim, estes(as) não somente assimilam e concebem as políticas, mas as refratam, o que significa dar outras significações, interpretações e até modos outros de fazê-las. Ou seja, reagem, pensam, debatem, a (re)fazem e a transformam.

Se faz mister, assim, problematizar e trazer, nesse dossiê, questões atinentes às múltiplas correlações de forças que emergem em embates entre o político, o pedagógico, o formativo e o educacional no tocante à formação de professores(as) e à valorização profissional docente e, ao mesmo tempo, desvelar modos outros de agenciamentos de políticas educacionais e de formação de professores(as) que estão sendo pensadas, produzidas, refletidas e transformadas nas escolas, na universidade, na educação e nas políticas educacionais como um todo. Apresentamos, por fim,

um conjunto de 15 (quinze) textos de pesquisadores(as) de diferentes regiões do Brasil, entre eles, um coletivo em parceria internacional, que discutem as políticas educacionais de formação de professores(as) sob diferentes prismas.

O texto que inicia o dossiê tematizado, *As diretrizes curriculares de formação de professores(as) (2015-2024): cenário de influências e concepções em disputa*, tem como autores(as) Ana Maria Mendes Sampaio, María Elena Martínez e José Rubens Lima Jardimino e tem por objetivo compreender o cenário de influências neoliberais e as concepções de formação normatizadas nas diretrizes curriculares para a formação de professores(as) da educação básica no Brasil de 2015, 2019 e 2024. Trata-se de um estudo de pós-doutorado, realizado na Universidad Nacional de La Plata/ Argentina, e vinculado a um projeto de pesquisa internacional, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que parte de uma perspectiva investigativa inserida no debate geopolítico Sul-Sul e que centra sua atenção nas políticas educacionais destinadas à formação de professores(as) de quatro contextos sul-americano nos últimos dez anos (2014-2023): Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

Já o artigo *Pesquisas interventivas e formação docente: contextos e (im)possibilidades metodológicas*, de Marcia Torres Neri Soares, Leilany Marry Brizolara Silva, Thaiana Ferreira dos Santos, Patrícia de Sena Araújo, Izabel Cristina Lima Dias Alves decorre de análise realizada sobre intersecções de pesquisas interventivas no contexto da educação básica e a formação docente. Além disso, apresenta contextos e (im)possibilidades metodológicas da/na elaboração de pesquisas interventivas, tendo em vista a formação de professores e as condições objetivas de trabalho no cenário político educacional brasileiro. Em relação ao manuscrito *O novo Ensino Médio em debate: impactos no currículo e no trabalho docente*, John Mateus Barbosa e Jefferson Cândido de Carvalho examinam o papel das secretarias estaduais de ensino de Pernambuco e Ceará nas recentes reformas educacionais sob indução do chamado novo Ensino Médio. A análise se debruça especificamente sobre esses estados por serem reconhecidos por conduzirem experiências exitosas recentes neste nível da educação básica.

No que tange ao texto *De professores locais a cidadãos globais: uma experiência de formação docente internacional*, de Jamylle Rebouças Ouverney, derivado de uma pesquisa de pós-doutorado, investiga o impacto gerado por 20 professores brasileiros da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Institutos Federais) que participaram do programa *Finnish train the trainers*, na Finlândia, realizado durante um mês, em agosto de 2017. A reflexão tecida no escrito *Reconfiguração do compromisso nacional criança alfabetizada: diálogos sobre manifestações/ expressões do eixo boas práticas*, de Érica Raiane de Santana Galvão e Adriana Cavalcanti dos Santos, por sua vez, objetiva compreender as relações entre as formações continuadas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e as intervenções didáticas consideradas “boas práticas” voltadas ao fomento à leitura. O projeto supracitado possibilitou processos de ensino e aprendizagem que ultrapassam os muros da escola, ganharam novas significações e oportunizaram aos estudantes experiências com a leitura.

As discussões realizadas no texto *Formação coletiva e inventiva no Curso de Extensão com Professores Diretores de Turma*, das autoras Marília Albuquerque de Sousa e Luciana Lobo Miranda, têm como objetivo discutir a experiência de um Curso de Extensão de Formação de Professores/as Diretores/as de Turma como forma de problematizar a formação docente em tempos de neoliberalismo na educação. Destaca-se, portanto, a potencialidade do encontro entre Escola e Universidade através do Curso de Extensão, que possibilitou uma formação pautada na coletividade e na inventividade a partir do encontro entre pesquisadoras e professores/as. No que

se refere ao texto *Reflexões sobre a formação inicial de professores no contexto amazônico: o Parfor na Universidade do Estado do Amazonas*, de Neylanne Aracelli de Almeida Pimenta e colaboradores, o objetivo é refletir acerca das políticas públicas para a formação inicial de professores e seus impactos no contexto amazônico e procura ressaltar, ao longo do texto, os limites e as possibilidades da UEA na implementação das políticas públicas para a formação de professores na capital e no interior do estado no contexto de formação de professores no Amazonas com base em experiências dos autores enquanto professores formadores, da UEA, especialmente no Curso de Pedagogia regular e no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

No artigo *Concepções teórico-epistemológicas e políticas de avaliação no principal documento curricular do ensino fundamental*, que tem como autoria Lisandra Maria Lima Marques da Silva, Heldina Pereira Pinto e Paulo Vinícius Santos Sulli Luduvise, há o objetivo de investigar os referenciais teórico-epistemológicos e políticos subjacentes à perspectiva de avaliação adotada no documento da Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental e discutir sua influência na orientação das práticas curriculares dos sistemas de educação do Brasil. Já em relação ao texto *Plataformização da educação pública: governança algorítmica, formação docente e modelos de gestão*, os autores Tiago Negrão Andrade e Maria Cristina Gobbi analisam criticamente os impactos da plataformização e da governança algorítmica sobre a educação pública e a formação docente, considerando as dinâmicas associadas à racionalidade neoliberal. O objetivo é compreender como esses processos reconfiguram o trabalho docente, as políticas formativas e os modelos de gestão educacional.

As reflexões tecidas no texto *A formação de professoras/es no contexto de implementação do Novo Ensino Médio*, realizadas por Jacqueline Aparecida Mendonça e Astrogildo Fernandes da Silva Júnior, têm como objetivo conhecer e compreender, a partir de vozes de estudantes e docentes de uma escola pública do estado de Minas Gerais, como a formação docente ocorreu no contexto de implementação do Novo Ensino Médio (Brasil, 2017), refletindo sobre os impactos da implementação da nova proposta curricular para o Ensino Médio, em 2022. O texto *Gestão escolar e professores/as iniciantes: parceria docente e indícios de indução profissional*, que tem como autoria Elana Cristiana dos Santos Costa e Giseli Barreto da Cruz, tem como fundamento uma pesquisa que buscou investigar, a partir das narrativas de professores iniciantes e gestores escolares, indícios de indução profissional docente no contexto escolar de uma rede municipal de educação do estado do Rio de Janeiro. Foram analisadas as experiências narradas por esses atores sobre o período da inserção profissional, compreendendo como essas experiências tornam-se indutoras de formação.

Em *Docências e currículos que escapam: efeitos do Programa “Educar Pra Valer” no município de Vila Velha/ES*, Priscilla Costa Meireles e Sandra Kretli da Silva problematizam os efeitos do Programa “Educar Pra Valer” no trabalho docente e nos currículos escolares da rede municipal, implementado no município de Vila Velha/ES, a partir de uma perspectiva inspirada na filosofia da diferença e na cartografia como metodologia de pesquisa. Ao cartografar os modos como esse programa opera, como dispositivo de regulação e monitoramento do trabalho docente, mapeiam-se ações como a negligência às multiplicidades, a centralidade de indicadores e quantitativos, a rotinização do “fazer” docente e a ausência de um diálogo não instrucionista nas formações propostas.

Na escrita no tema *As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores: uma anestésica da formação docente*, discutida por Leandro De Bona Dias, são analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Magistério a fim de verificar se nelas é possível perceber a presença da dimensão estética como componente da formação docente. O texto *Formação docente em disputa: articulações entre resolução de problemas e educação CTSA na Residência Pedagógica*

de Física, Luciano Matheus Dalmollin e Noemi Sutil, discute as contradições e possibilidades da formação docente inicial no contexto de políticas educacionais alinhadas ao ideário neoliberal. A análise tem como foco o Programa Residência Pedagógica e suas disputas internas, investigando como licenciandos em Física articulam abordagens de Resolução de Problemas e Educação em Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente em suas práticas pedagógicas. O texto que finaliza abrillantando o dossiê, intitulado *Currículos em disputa: tensões entre a formação crítica e o neoliberalismo nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Blumenau*, de Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi, analisou as propostas curriculares das licenciaturas em Química e Matemática da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Blumenau, examinando sua articulação com as políticas públicas de formação e valorização docente em um contexto neoliberal.

Trazer o modo como pensam, discutem, fazem, interpretam e se traduzem estudos e pesquisas no contexto das políticas de formação de professores(as) e no desenvolvimento profissional docente, na “crença de que precisamos entender o pessoal e biográfico se quisermos entender o social e político” (Goodson, 2019, p. 17) pode desvelar outros modos de ser, pensar, fazer, saber do(a) professor(a) a propósito de currículos outros que estão sendo tecidos no cotidiano escolar, universitário e de outras instituições educativas, pedagógicas, formativas e socioculturais, bem como (re)posicionar, compreender e interpretar a vida e o trabalho docente, as políticas públicas de formação na área e sinalizar uma diversidade de olhares e perspectivas que são cruciais no campo da docência e formação de professores(as) no Brasil e na América Latina. Questões essas atuais, necessárias e pertinentes de serem trazidas, pensadas e problematizadas neste século XXI e constituídas de profundas transformações que vêm sendo operadas no cenário nacional e internacional na última década.

Referências

- Ball, S.J. *Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- Ball, S.J.; Maguire, M.; Braun, A. *Como as escolas fazem as políticas*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- Curado Silva, K. A. P. C.; Cruz, S. P. S. Projetos em disputa na definição das políticas da formação de Professores para a educação básica. *Revista Práxis Educacional*, v. 17, n. 46, p. 89-104, 2021. Doi: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8918>.
- Goodson, I. F. *Currículo, narrativa pessoal e futuro social*. Tradução de Henrique Carvalho Calado. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- Hobold, M. S. Concepção de formação de professores na resolução 02/2019 do CP/CNE: resistências propositivas. *Formação em Movimento*, n. 10, p. 48-69, 2023. Doi: <https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2023.v5e.n10.48-69>.